

A Semiótica Social, os Estudos em Jornalismo e os Diários Secretos do MST

Vilso Junior Santi¹

Resumo

Analisar a partir dos pressupostos da Semiótica Social a reportagem especial "Diários Secretos do MST", publicada pelo Jornal Zero Hora em 18/05/2008, é nesse trabalho nosso objetivo central. Tal empreendimento carrega consigo a ambição genética de emprestar maior riqueza às análises linguísticas acerca dos Estudos de Jornalismo. Nele, tomamos o texto jornalístico como multimodal e procuramos prestar especial atenção aos diferentes sistemas semióticos que, em interação e/ou correlação, acabam por construir a notícia apresentada aos leitores. Para tanto, tratamos de delinear sequencialmente os fundamentos da Semiótica Social; as definições próprias de texto na abordagem; o MST no texto do Jornal Zero Hora; e as formas de intercâmbio entre os diversos sistemas semióticos.

Palavras-chave

Semiótica Social; Estudos de Jornalismo; Sistemas Semióticos; Texto Multimodal; MST.

The Social Semiotics, the Journalism Studies and the MST's Secret Diaries

Abstract

To analyse from the social semiotics the special newspaper report "secret Diaries from MST", published by Zero Hora newspaper in 05/18/2008 in our main goal in this work. Such undertaking carries itself the genetic ambition of borrowing more wealth to the linguistic analysis about the Journalism Studies. On it we take the journalistic text as multimodal and we tries to pay special attention to the different semiotic systems which in interaction and /or correlation finish constructing the news presented to the lecturers. Due to it we deal about tracing continuously the social semiotic basis; the self text definitions in the approach; the MST in the text from Zero Hora newspaper; and the exchange ways among the various semiotic systems.

Key Words

Social Semiotics; Journalism Studies; Semiotic systems; Multimodal Text, MST.

Introdução

¹ Jornalista, Mestre em Comunicação Midiática pela Universidade Federal de Santa Maria, Doutorando em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e coordenador de produção da Revista Famecos: Mídia Cultura e Tecnologia.

Face aos avanços tecnológicos, especialmente do uso da Internet, a aceleração no fluxo das imagens e a sua larga utilização nas publicações jornalísticas da atualidade urge a necessidade de se incorporar, às teorias do jornalismo, novos conceitos e novos instrumentos analíticos capazes de responder às complexas questões de uma realidade social em reconfiguração. Esta realidade multifacetada, como veremos, exige a aprendizagem de “multiliteracias”, nas quais os modos de comunicação, bem como as análises dos processos jornalísticos, não podem mais ficar circunscritos apenas à linguagem verbal e/ou escrita.

Nesses novos tempos a correlação e/ou co-relação entre os diversos “sistemas semióticos”, especialmente entre o verbal e o visual, não pode mais ser ignorada. No presente trabalho, visando compreender esse imbricamento, especulamos num primeiro nível sobre o tipo de relação estabelecida entre a linguagem visual e a linguagem verbal (transcodificada em escrita) e, num segundo estágio, sobre a forma de interação entre a imagem e a escrita na construção de significados acerca do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) nas páginas do Jornal Zero Hora (ZH).

Para tanto, tomamos como objeto de análise uma reportagem especial publicada por ZH em 18/05/2008. Tal matéria, veiculada numa edição dominical (número 15.602), ocupou no periódico as páginas 04, 05 e 06, além de ser apresentada como chamada principal de capa da referida edição (*Figura 1*). No Jornal Zero Hora os textos das publicações de domingo tradicionalmente aproximam-se dos textos de revistas – são mais longos e melhor trabalhados editorialmente, pois se presume no periódico que nos finais de semana as pessoas dediquem mais tempo à leitura.

Nessa data a “revista” Zero Hora apresenta então como manchete principal estampada em sua capa um “texto multimodal” que utiliza código visual (fotografia) e código verbal escrito (Diários Secretos do MST). Esse conjunto de textos assume o caráter de prestação de contas de uma ação realizada pela Polícia Militar do Rio Grande do Sul dez dias antes e se baseia exclusivamente no relatório da operação montado pelos policiais.

Com isso, objetivamos demonstrar a possibilidade de diálogo entre os Estudos de Jornalismo e a Semiótica Social, baseados numa teoria sistêmico-funcional, onde a linguagem é tomada em uso, dentro de um contexto de situação e/ou de um contexto de cultura. cremos, dessa forma, que podemos trilhar diversos percursos de leitura em diferentes sistemas semióticos (preferencialmente na linguagem verbal/ escrita e na linguagem visual/ fotográfica), bem como percebermos como se dá sua articulação na composição do “texto multimodal” impresso nas páginas do Jornal. Mapear caminhos de desenvolvimento na leitura de

imagens; identificar como as imagens localizam as entidades no espaço; e mostrar a correlação entre dois dos sistemas semióticos (verbal e visual) também são objetivos desse indicial estudo.



Figura 1. Capa + Páginas 04,05 e 06 da edição nº 15.602 do Jornal Zero Hora.

Os fundamentos da Semiótica Social

Como constatamos, a teoria de linguagem que mais fornece subsídios à Semiótica Social deriva, predominantemente, da Gramática Sistemico-Funcional (GSF) de Halliday (1994). Esta, por sua vez, busca em Ferdinand Saussure os conceitos básicos de *langue* e *parole* para alicerçar sua abordagem.

Saussure entendia a *langue* como um sistema ou código anterior à linguagem em uso, partilhado pelos falantes de uma comunidade linguística. A *langue* seria, portanto, “a parte social da linguagem” em oposição à *parole*, entendida como a faceta “individual” dessa mesma linguagem. *Langue* em termos saussureanos não deve ser confundida com língua ou linguagem. Ela diz respeito apenas a um conjunto de convenções adotadas pela sociedade, para permitir que os seus membros usufruam de sua faculdade de linguagem. Na semiótica social, porém, o termo *langue* pode ser substituído pela ideia de “recurso semiótico”.

Para Van Leeuwen (2005) “recurso semiótico” nada mais é do que as ações e os artefatos usados na comunicação – qualquer que seja o modo do sistema semiótico usado na produção de significados (linguagem verbal, corporal, visual etc.). São, por exemplo, as cordas vocais e/ou os músculos usados nas expressões faciais ou gestos; a caneta e a tinta e/ou o software do computador.

Os “recursos semióticos”, nesse contexto, têm um potencial de significação baseado nos seus usos passados e/ou nas suas possibilidades de uso. Eles, conforme os ensinamentos de Van Leeuwen (2005), podem ou não ser atualizados nos contextos sociais concretos onde a sua utilização está subjacente às formas de

um “regime semiótico” pré-configurado. Portanto, não podemos ignorar o fato de que o “potencial semiótico” de um dado “recurso semiótico” advém do uso desse recurso na comunicação em termos de passado, presente e potencialmente de futuro.

Assim, conforme Halliday (1994), a linguagem verbal é nada mais do que um dos “sistemas semióticos” entre uma diversidade de outros “sistemas semióticos” que, por sua vez, irão constituir os vários “recursos semióticos” disponíveis à comunicação. Desse modo, o termo linguagem passa a abarcar não apenas a acepção da linguagem humana, mas as várias linguagens naturais e convencionais existentes como recursos comunicativos que coocorrem e interagem na construção e na produção de significados. Nessa perspectiva, Halliday (1994) diz ainda que a gramática de uma língua não é apenas um código, não é um conjunto de regras para produzir frases corretas, mas um recurso para a produção de significados.

A semiótica, portanto, em seu viés social, pode ser tomada como o estudo da *semiosis*, isto é, dos processos e dos efeitos de produção e reprodução, recepção e circulação de significados – em todas as suas formas e usados por todos os agentes da comunicação. Já a *semiosis*, como o nome propriamente atribuído à ação dos signos. Dessa forma, como um mundo vivo, a *semiosis* humana pode ser caracterizada como uma *metasemiosis*, ou seja, por sua possibilidade de reflexão sobre os signos, sobre a construção de signos e sobre o fazer dos signos. Não apenas como objeto de interpretação, mas também como a interpretação e/ou reflexão sobre os próprios signos.

Constatamos então que, para o estudo conveniente tanto da linguagem quanto do jornalismo, analisar os diferentes “sistemas semióticos” em interação é fundamental, mas, na prática, um desafio ainda a ser superado. As pesquisas mais tradicionais, que atentam ao estudo da língua no jornalismo, geralmente têm fragmentado tais sistemas semióticos tomando-os em separado. Linguagem verbal, linguagem visual, linguagem gestual, entre outras não são consideradas em sua interação. Isso compromete o resultado de tais avaliações, já que elas não conseguem dar conta do processo de significação em sua inteireza.

Como sabemos, os diversos “sistemas semióticos” não atuam independentemente. É sua conexão, sua articulação e sua justaposição que impulsionam o processo de significação e que emprestam o sopro da vida a uma língua e/ou linguagem. Atentando para essa preocupação genética nasce a Semiótica Social, bebendo prioritariamente na fonte da teoria da linguagem sistêmico-funcional, segundo a qual os estudos da linguagem só se viabilizam dentro de um contexto, de uma situação e/ou de uma cultura. Em sua gênese,

portanto, a Semiótica Social pretende autorizar a análise dos diferentes sistemas semióticos em inter-relação e resolver o problema da fragmentação das análises aqui já aventado.

Nesses termos, não seria exagero afirmar que Semiótica Social está particularmente preocupada com a *semiosis* humana em sua completude – *semiosis* como um fenômeno inerentemente social nos seus recursos, funções, contextos e efeitos. Ela também está interessada nos significados sociais construídos pelos diversos “sistemas semióticos”, atuantes nos textos multimodais, que nos são apresentados a todo momento, bem como nas “práticas semióticas” da sociedade em todos os períodos da história até a contemporaneidade.

Por conseguinte, para a Semiótica Social, todos os elementos provenientes de “sistemas semióticos” diversos concorrem para a construção de um “texto multimodal”. Assim, devem ser analisados em sua relação, uns com os outros, e interpretados em termos das escolhas feitas entre os “recursos semióticos” disponíveis e em termos das suas contribuições para a função social e comunicativa do texto.

O texto na Semiótica Social

O conceito texto, na sua perspectiva tradicional, definido como um conjunto de frases devidamente articuladas e organizadas de forma a constituir uma unidade de significação coerente e coesa, de maneira geral, encontra-se ultrapassado. Ele já foi transformado em seu uso pela sociedade contemporânea. Isso se deve basicamente à crescente importância adquirida pela semiótica e pela linguística, ao final do século XX, quando o termo passou a ser amplamente utilizado, desviando-se do seu significado original.

O fato é que nas abordagens linguísticas modernas o texto tem sido apropriado de formas distintas por diferentes correntes. Para alguns autores o texto tem um significado específico correspondente a uma junção de signos o que, em termos saussureanos, por exemplo, significa uma porção de *parole*. Para outros, porém, o texto é propriamente mais extenso do que a frase.

Na Semiótica Social, por sua vez, o elemento texto pode ser tomado como uma unidade de significação materializada através de uma porção de linguagem que é usada para fins de comunicação num contexto de situação. Halliday (1994, p.10) apresenta o conceito de maneira simplificada dizendo que, ao contrário de palavras e/ou frases isoladas, o texto para Semiótica Social se materializa como o operador da linguagem em seu funcionamento.

Isso significa afirmar que a linguagem, num determinado contexto, está sempre fazendo algum trabalho; que a língua é viva; e que ela, junto com seus

textos, pode ser suportada por diversos meios de expressão. Esse entendimento pleno do texto engloba, por conseguinte, desde anúncios, artigos de jornal, marcas, pautas de música, conversas, histórias, romances; até pinturas, fotografias, manuais de instruções, filmes etc.

Nesses termos a referência a outros meios de expressão, que não sejam apenas a linguagem verbal e/ou a escrita, para exemplificação do que é o texto, sugere a compreensão destes apenas como um dos "sistemas semióticos" disponíveis dentre a diversidade de outros conjuntos que constituem os vários recursos de comunicação. Com essa percepção, a ideia de linguagem passa a englobar amplas e variadas formas de comunicação, naturais e convencionais, que perpassam não só a linguagem verbal, mas também a linguagem de outros "sistemas semióticos" como, por exemplo, da moda, da culinária, das formas, dos sons, do espaço ou até da linguagem do silêncio.

É em decorrência do debate sobre a diversidade dos "sistemas semióticos" que emerge a noção de "texto multimodal" nos estudos da Semiótica Social. O "texto multimodal" diz respeito, portanto, a uma unidade de significação, constituída pelos "recursos semióticos" dos diversos sistemas escolhidos pelo produtor de texto, num contexto de situação, para determinados fins comunicativos.

Nessa abordagem a noção de escolha é particularmente importante. Nela, todos os elementos provenientes de "sistemas semióticos" diversos, que concorrem na construção de um "texto multimodal", podem ser analisados, relacionados uns com os outros e interpretados em termos das opções feitas entre os "recursos semióticos" disponíveis e em termos das suas contribuições para a função social e comunicativa desse texto.

Embora a linguagem verbal, na sua forma escrita, tenha se tornado uma figura privilegiada de veicular o conhecimento através dos tempos, nas últimas décadas, juntamente com a difusão do modo visual, a verbalidade vem se convertendo num co-modo. A palavra impressa no jornal e na revista, nesse tempo, passa a articular-se cada vez mais com a imagem e com a fotografia. O livro escolar ou acadêmico, por exemplo, já não é apenas um texto constituído pela palavra escrita, mas um "texto multimodal", onde a escrita interage com gráficos, tabelas, desenhos e imagens, na construção de significados. Assim é também no jornalismo de nosso tempo.

Os produtores de texto, nesse sentido, fazem escolhas deliberadas tanto relativas ao uso dos modos e co-modos de representação quanto à sua respectiva articulação, de forma a construir a multimodalidade dos seus textos. Assim, ganha importância a incorporação nas análises do conceito de literacia e/ou letramento

visual a fim de que possamos perceber adequadamente aquilo que se passa no e com o “texto multimodal”.

Hasan (1996, p.379) diz que a definição desse conceito tem como primórdio a capacidade para compreender convenientemente o princípio da representação nos textos multimodais. Ela pressupõe o desenvolvimento da habilidade de “ver” e “compreender” um fenômeno como representativo de outro. Essa competência, segundo o autor, consiste em relacionar qualitativamente diferentes tipos de fenômenos – uma expressão e um conteúdo – de forma que a significação de um seja compreendida nos termos do outro. Dessa forma, a literacia e/ou o letramento pode ser definida como a capacidade para compreender e construir o sentido num sistema de significação, o que possibilita ao conceito uma variedade de *praxis* semióticas.

O MST no texto do jornal Zero Hora

De acordo com Gohn (1997, p.243), os indivíduos quando questionados sobre suas simpatias ou identificações para com alguns Movimentos Sociais (pela paz, reforma agrária, ou pelo meio ambiente) não têm dificuldade em identificá-los. “Isso porque tais pessoas atentam apenas para uma das dimensões dos Movimentos, a do conteúdo da demanda em si. Elas vêem o Movimento como um todo homogêneo, a partir da imagem que suas ações projetam na sociedade”. Porém, vinculada às noções oriundas, por exemplo, das Ciências Sociais Críticas e dos Estudos Culturais, essa definição se torna mais complexa, pois acaba por abarcar outras dimensões, como crenças, valores, diferenças internas etc.

Conforme Fausto Neto (1989, p.14), “a expressão Movimentos Sociais designa processos dinâmicos, instáveis, de organizações e ações distanciadas em relação aos aparelhos do Estado”. Assim, pode-se dizer que os Movimentos Sociais são formas de organização e mobilização que atuam como ligação entre os processos de reprodução social e a esfera política, constituindo-se como agentes construtores entre os dois pólos. Esses Movimentos, destarte, acabam por integrar o campo político como um subgrupo que traz em sua essência o desejo de desempenhar um papel transformador na sociedade.

Cumprir o papel de agente transformador no campo social através da vinculação com o campo político, não é tarefa fácil. No Brasil rural tal personagem começa a ganhar corpo somente quando os trabalhadores da terra passaram a ocupar um espaço de maior relevância na estrutura social. Isso se dá em meio a demorados, conturbados e, por vezes, até contraditórios fenômenos e/ou processos (Morissawa, 2001, p.32). Nesse cenário, tratando especificamente da luta

organizada pela terra no Brasil, o pioneirismo cabe ao estado do Rio Grande do Sul (RS), através da constituição do Movimento de Agricultores Sem-terra (MASTER).

No RS o primeiro núcleo desse Movimento surgiu em 1960, no município de Encruzilhada do Sul, onde um grupo de famílias posseiras passou a reivindicar sua permanência numa área de 1.600 hectares. Nos anos seguintes o Movimento se disseminou por todo o território do estado. Em 1962, o MASTER deu início à forma de luta que caracteriza o Movimento Sem-terra até hoje, os acampamentos. Segundo Gohn (2000, p.144), “embora a luta pela terra seja secular no Brasil, a forma assentamento é contemporânea. Já o acampamento surgiu como alternativa de pressão com a finalidade de obter uma resposta do governo em relação à Reforma Agrária”.

Porém, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), propriamente dito, surge somente no início dos anos 1980 como personagem na luta pela terra no País. Com os objetivos de promover modificações estruturais na sociedade (direito à terra e garantia de saúde, educação, emprego e cidadania), o MST despontou como o único Movimento de massa cujo discurso de luta pela terra foi capaz de se espacializar por todo País.

O seu berço geográfico, sem dúvidas, foi a região centro-sul e a sua nascente afetiva foi a Igreja Católica da Teologia da Libertação, especialmente articulada pelos padres progressistas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na Comissão Pastoral da Terra (CPT). De acordo com Stédile e Görgen (1993, p.28), “o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra não possui uma data específica que defina seu nascimento. A sua origem combina várias origens e vários locais e a sua história é composta pela soma de um conjunto de acontecimentos e fatores desenvolvidos a partir de 1978”.

A partir de 1981, as lideranças das diferentes lutas e ocupações, que até então eram isoladas, passaram a realizar encontros sob a coordenação da CPT. Em 1984 ocorreu uma espécie de culminância desse processo de articulação e organização com a realização do I Encontro Nacional dos Sem-terra, em Cascavel, no estado do Paraná. No evento, foi formalizada a criação de uma organização de camponeses Sem-terra, em nível nacional, com o objetivo de lutar por terra e reforma agrária. Durante a década de 1990, o MST ancorou o seu discurso no crescimento das ações de camponeses e trabalhadores Sem-terra, territorializando seu alcance em quase todo País. A cada fazenda ocupada, os acampamentos eram congestionados por mais famílias, que aderiam ao Movimento.

Estruturado nesses matizes, hoje o MST organiza sua luta pautado pela busca e ocupação de espaços ociosos; sejam eles físicos, relacionados à reivindicação de um pedaço de terra e à disputa contra latifúndios improdutivos;

sejam eles simbólicos, vinculados à luta por reconhecimento e legitimação de sua causa e/ou ações.

Por outro lado, quando falamos no Jornal Zero Hora (ZH), tomamos para estudo um agente midiático de peso no Rio Grande do Sul. ZH pertence à maior organização de mídia da indústria cultural gaúcha, o Grupo RBS, e por isso desfruta de uma série de vantagens que o colocam como o periódico de referência no estado.

De acordo com Felippi (2006), a supremacia de Zero Hora no Rio Grande do Sul iniciou-se com o encerramento das atividades da Folha da Manhã e do Diário de Notícias, respectivamente dos grupos Caldas Junior e Diários Associados, entre as décadas de 1970 e 1980, e com a crise do Correio do Povo, cujo ápice se deu em 1984. Foi nesse momento que ZH, aproveitando a lacuna aberta por seus débeis concorrentes, tanto no mercado publicitário quanto no jornalístico, ganhou impulso consolidando-se como o principal periódico diário no estado.

O Jornal Zero Hora é um dos veículos mais antigos do Grupo RBS. Ele foi fundado em 04/05/1964. ZH é líder em circulação no Rio Grande do Sul – conforme o Instituto Verificador de Circulação (IVC), com média diária de 176.961 exemplares. Segundo Ribeiro (2004), já em 2002 a RBS detinha a segunda maior circulação de jornais no Brasil. Na soma de todos os periódicos do grupo (Diário Catarinense; Jornal de Santa Catarina; A Notícia; A Hora de Santa Catarina; Zero Hora; Pioneiro; Diário Gaúcho; e Diário de Santa Maria), eram impressos mais de 400 mil exemplares/dia.

Zero Hora foi criado a partir de Última Hora, de Samuel Wainer, que deixou de circular com o golpe militar de 1964. Depois de ser adquirido por Ary de Carvalho ele mudou de nome e, em 1970, passou para o controle da família Sirotsky no exato momento em que o grupo sedimentou a Rede Brasil Sul de Telecomunicações (vem daí a designação RBS) e iniciou a expansão multimídia para o interior do estado.

Segundo Felippi (2006), como empresa jornalística, Zero Hora se destaca pela estrutura de produção do jornal e por ter seguramente a maior redação entre os impressos do Rio Grande do Sul. São aproximadamente 200 jornalistas, hierarquizados em repórteres, pauteiros, subeditores e editores das editorias, editores-chefe e diretor de redação. Há também fotógrafos, revisores, arte-finalistas, ilustradores, articulistas – não necessariamente jornalistas – mais o pessoal administrativo.

Numa descrição generalista podemos assim caracterizar o produto jornalístico Zero Hora: ele segue o formato tabloide, tamanho de impresso que o próprio ZH ajudou a consolidar no Rio Grande do Sul como o dominante. Conforme

uma tendência do jornalismo brasileiro, iniciada nos anos 1980, o jornal é dividido em cadernos, que vão de diários a mensais, segmentados por público e temática, encartados num caderno principal, que ocupa aproximadamente cinquenta páginas. O corpo principal do jornal traz as editorias tradicionais dos impressos diários: Opinião, Política, Economia, Mundo, Geral e Esportes, que se mantêm nas sete edições semanais e garantem a fidelidade a um formato mais clássico de jornalismo impresso.

Dentro desse itinerário proposto por Zero Hora, a designação “questão agrária” parece ser a senha para o ingresso no mundo discursivamente construído pelo periódico para falar das questões relacionadas às ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra e do próprio MST. Ela sintetiza concretamente a intersecção entre os campos político (do MST) e midiático (do ZH).

Partindo dessa constatação, através de um levantamento detalhado, tanto quantitativo quanto qualitativo, podemos demonstrar que a “questão agrária” e/ou as questões do MST não são “questões menores” em Zero Hora. Em 2008 o tema foi recorrente no jornal, perpassando diversas seções e aparecendo, por vezes, até em Reportagens Especiais – como naquela que tomamos para análise na presente pesquisa. Porém, os dados apontam que a temática tem tratamento preferencial na Editoria Geral (ver Tabela 1).

Seção/ Editoria	Número de ocorrências
Capa	13
Contracapa	15
Palavra do Leitor	34
Reportagens especiais	13
Política	09
Editoriais	06
Artigos	10
Economia	04
Geral	116
Polícia	01
Total	221

Tabela 1 - Matérias referentes ao MST publicadas em Zero Hora em 2008

Ao todo foram 221 referências ao MST e à questão agrária no jornal Zero Hora no ano de 2008. Dividindo essas referências pelos 12 meses do período, temos 18,42 referências/mês. Ou seja, no mínimo, uma vez a cada dois dias o MST figurou nas páginas de Zero Hora. Desse total, em 28 oportunidades os fatos envolvendo o MST foram destacados na Capa ou na Contracapa do periódico (uma das quais aqui analisamos com maior profundidade), espaço privilegiado que serve para chamar a atenção do leitor aos principais fatos do dia. Desse modo, por quase um mês o Movimento e suas ações figuraram no jornal como fatos merecedores de

destaque em manchetes principais, manchetes fotográficas e/ou chamadas de capa.

Diferentemente da hipótese inicial o maior número de referências ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra no jornal Zero Hora, em 2008, não ocorreu em Abril – mês que marca o tradicional período de mobilização do MST em nível nacional. Os meses campeões de referência foram Maio, Junho e Julho. Esse período foi marcado basicamente pela repercussão de algumas ações de “contra-ataque” realizadas pela Polícia Militar e pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul nos acampamentos do Movimento.

Tais ações, além de ocuparem espaços generosos nos textos produzidos pelo jornal, principalmente na Editoria de Geral, mobilizaram um grande número de leitores que tiveram sua opinião publicada pelo veículo, na seção Palavra do Leitor – a maioria delas aplaudindo o “revide”. Diversos Artigos, uns exaltando as ações, outros repudiando-as, também foram divulgados nesse tempo. Além, é claro, dos Editoriais produzidos pelo Grupo RBS.

A correlação entre os Sistemas Semióticos

Para Halliday (1994), a linguagem é um sistema de significados. Desse modo, a gramática pode ser definida como o estudo da construção dos significados através do uso das palavras e de outras formas linguísticas ou paralinguísticas. Genericamente as formas através das quais usamos a língua são classificadas por Halliday em três grandes categorias também chamadas de metafunções: a metafunção ideacional, onde a linguagem é usada para organizar, compreender e expressar as nossas percepções do mundo físico e interior; a metafunção interpessoal, na qual a linguagem é usada para nos possibilitar a comunicação e interação com os outros; e a metafunção textual, onde a linguagem é usada para relatar aquilo que é dito ou escrito. Isto envolve a linguagem na organização própria do texto.

Na metafunção ideacional os postulados dão conta de que usamos a linguagem para representar, para falar sobre a nossa experiência no mundo (físico e/ou mental) e para descrever eventos e estados, para além das entidades neles envolvidos. Os recursos semânticos ideacionais, nesse sentido, constroem um mundo circundante e um mundo interior. Nesses termos, os fenômenos da nossa experiência são construídos como unidades de significação que podem ser nivelados em hierarquias e organizados em redes de tipos semânticos. Essas unidades de significação são, conforme Halliday e Matthiessen (2006, p.11), estruturadas em configurações de funções (papéis) de diferentes níveis na hierarquia.

A partir desta metafunção, como modo de significação podemos explorar, por exemplo, como uma oração constrói a experiência através da categorização e a sua configuração numa imagem. Isso é o que procuramos materializar na análise da reportagem especial sobre o MST publicada pelo Jornal Zero Hora em 18/05/2008.

Nessa empreitada analítica o primeiro item em que nos detemos foi na localização das entidades no espaço simbólico criado e/ou recriado pelo jornal. Percebemos de imediato que a forma como os objetos são dispostos nas páginas do periódico, junto com suas relações, envolvem o reconhecimento de assimetrias entre o objeto que se quer colocar e o objeto em relação ao qual se quer posicionar. Nesse ponto ficam evidentes as escolhas que têm de ser feitas, as decisões que têm de ser tomadas pelos jornalistas e por seus editores na construção textual.

Tais assimetrias de localização das entidades no espaço encontram expressão, no objeto analisado, tanto na linguagem verbal transcodificada em escrita, quanto na linguagem visual das fotografias e na construção imagética das páginas da publicação. Elas estão intimamente relacionadas à posição, à ordem, à distância, à direção, ao tamanho etc.

No detalhamento da noção de direção percebemos que sempre que falamos ou escrevemos começamos por algo que é “dado”, algo já conhecido ou já mencionado. Nas páginas da reportagem especial do Jornal Zero Hora que tratam do MST essa norma também se aplica. O jornalismo de ZH reproduz a relação convencional entre “dado” e “novo” ao enunciar na chamada de capa da reportagem “Diários Secretos do MST”. “Diários secretos” é o fragmento que caracteriza o “dado”, já que diversas pessoas possuem diários pessoais e estes, na maioria dos casos, são secretos. “Do MST”, por sua vez, representa o “novo” e pretende evidenciar que também essa organização social, como corpo unitário, mantém diários secretos, portadores de segredos que não deveriam ser revelados.

Essa ideia que se sustenta, em princípio, na lógica da linguagem verbal, quando tratamos da ressemiotização ao nível da linguagem visual, parece que mantém o mesmo sentido de direção. Seguindo tanto a ordem da posição quanto a de relação, os integrantes do MST, na fotografia escolhida para compor a chamada de capa da edição, são posicionados à esquerda da Polícia. O MST materializa, assim, a posição de “dado”, na esquerda, enquanto a Polícia fica situada numa posição à direita – o “novo”.

A imagem nesses termos traduz perfeitamente o que de fato aconteceu naquele dia. Essa ação da Polícia reportada por ZH em suas páginas foi a primeira de uma série de “invasões” deflagradas nos acampamentos do MST no estado do

Rio Grande do Sul. A Polícia dentro de um acampamento do MST, naquele momento, constituía realmente algo “novo”, algo que escapava da rotina dos conflitos agrários no estado.

Especificando esse tipo de relação espacial entre as duas entidades (MST e Polícia), podemos afirmar que o Movimento, com seus integrantes subjugados, é tomado como uma informação “dada”, como início de frase. Já a Polícia dominadora é percebida na posição de conhecimento “novo”, em pé e à direita, à semelhança do que acontece com a linguagem verbal transcodificada em escrita que anuncia a matéria falando dos “Diários secretos do MST”.

Desse modo, quando comparamos os dois sistemas semióticos nas suas funções de criação de significados, em relação à orientação da localização das entidades no espaço, podemos afirmar que ambos seguem a direção da esquerda para a direita (tanto na frase como na imagem). Essa localização das entidades no espaço pode ser descrita linguisticamente de variadas maneiras, cada uma expressando as escolhas dos jornalistas envolvidos na cobertura. O mesmo é verdadeiro para as imagens. Tal organização espacial, no caso da imagem, é resultante das escolhas primeiro do fotógrafo, depois do seu editor, que trabalham no sentido de representar um fragmento do texto num processo de correlação para articulação da produção de significados à um leitor.

Nesses termos, seguindo tanto a relação da posição como da ordem, os Sem-terra que são posicionados à esquerda da imagem têm uma posição de “experenciadores”. Dessa forma, na relação espacial entre as duas entidades (Sem-terra e Policiais) encontramos um padrão comum nos dois sistemas semióticos (verbal e visual). A estrutura da imagem é organizada de forma similar à estrutura verbal da escrita, criando proposições significativas em termos de sintaxe visual.

Também derivado do tipo de relação estabelecida entre a linguagem visual e a linguagem verbal, podemos buscar no conjunto das páginas do jornal ocupadas pelos textos da reportagem, qual a função das imagens utilizadas na composição. Conforme Halliday e Matthiessen (2006), a imagem pode ter as seguintes finalidades: função decorativa, onde não faz referência ao texto principal; função ilustrativa, que capta, sintetiza e/ou descreve o que o leitor deve ver; função explicativa, que dá uma explicação ou tenta classificar o que é representado; e/ou função complementar, a qual fornece conteúdos proposicionais não explicitados no texto verbal – é nesta categoria que, em princípio estariam contidas as imagens utilizadas para falar do MST na reportagem considerada no estudo.

Porém, a taxonomia das possíveis funções da imagem, embora fundamental para validar a necessidade de formação para leitura de um “texto multimodal”

(literacia multimodal), não consegue fornecer um quadro que possibilite estabelecer as relações intersemióticas entre os registros do verbal (via escrita) e do visual. Assim, a partir da função complementar, apresenta-se como possível e necessário aprimorar o entendimento para desdobrá-la em outros subsistemas classificatórios.

Dentro desses subsistemas podemos falar num primeiro nível da complementaridade ideacional que, nos textos multimodais, refere-se ao tipo de relação estabelecida ao nível dos conteúdos proposicionais (aquilo que é representado) em linguagem verbal e em linguagem visual. Tais representações, embora diferentes, são complementares. Nelas, o contributo somatório dos dois sistemas semióticos vai sempre expressar mais do que cada um deles isoladamente.

Noutro nível podemos falar da complementaridade de expansão tanto na linguagem verbal, quanto na linguagem visual. Na primeira, são utilizados recursos semióticos linguísticos variados a fim de se estabelecer relações sequenciais progressivas, mediadas pelos processos de construção comunicativa. O trecho a seguir, que reproduz a linha de apoio da reportagem escolhida para análise, é ilustrativo da relação de complementaridade no nível verbal. Os termos em *itálico* demonstram no período essa relação: “Cadernos *apreendidos* pela Brigada Militar em São Gabriel *mostram* rotina dos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) e como *agem* os militantes em confrontos”.

Já a relação de expansão na forma de complementaridade visual pode facilmente ser percebida quando tomamos para análise as páginas 04 e 05 da reportagem em questão. Nelas o jornal Zero Hora utiliza diversas imagens, fotografias em preto e branco de trechos dos cadernos apreendidos com os integrantes do MST, que complementam o texto da matéria com aquilo que seriam extratos de real. Tem-se ainda colocada na página 05, à direita, portanto na posição de dado “novo”, uma foto colorida que apresenta uma caixa repleta explosivos, conforme o jornal. Porém, essa informação, segundo os Sem-terra, é no mínimo equivocada, já que as supostas “bombas” nada mais seriam do que as lamparinas à óleo responsáveis pela iluminação dos barracos no acampamento.

Na metafunção interpessoal tomamos a linguagem como *praxis* da intersubjetividade utilizada como recurso para interagir com os outros, para estabelecer e manter relações com estes, para influenciar o seu comportamento, e/ou para expressar o nosso ponto de vista sobre o mundo. Aqui, ao usarmos a linguagem como discurso na construção dos significados ideacionais e interpessoais, organizamos a mensagem de forma a fazer sentido. Nesse momento, principalmente nas imagens em movimento, podemos analisar o olhar, as expressões faciais, os gestos, as perspectivas e as relações de poder. Porém, como

na presente pesquisa tratamos de linguagem visual estática (fotografias), em sua relação com a linguagem verbal através da escrita, tais análises não puderam ser realizadas.

Creemos que, para que tais considerações sejam levadas a cabo, deveríamos partir para uma exploração detalhada de imagens em movimento (telejornalísticas, por exemplo) ou do próprio processo de produção das notícias no jornalismo impresso, prestando atenção tanto no relacionamento entre Jornalistas, Policiais, Sem-terra e Ruralistas (principais atores envolvidos nas disputas), quanto no ato de leitura dos textos e no seu ator principal, o próprio receptor.

Já, para pautarmos as discussões acerca da metafunção textual, parece necessário introduzir o debate sobre a classificação de gêneros no jornalismo impresso - aqui nosso objeto de maior atenção. O conceito de gênero apresenta nuances na sua formulação em consequência das perspectivas resultantes de diferentes enquadramentos teóricos nos quais é estudado.

Na classificação do gênero existem três vertentes que são recorrentes para essa tipificação: o conteúdo, a forma e a função. No jornalismo o texto é classificado em conformidade com a sua função, ou seja, em relação ao propósito do ato comunicativo - informar e/ou emitir opinião. Existe, assim, muita fluidez na classificação, mas, apesar da ausência de rigidez as audiências, via de regra, reconhecem as convenções de gênero.

Estamos, portanto, diante de uma grande diversidade de classificações, tão diversas como as próprias abordagens teóricas sobre os gêneros textuais. Martin (1997), no entanto, define o gênero como uma atividade orientada para um objetivo e com um propósito comunicativo. Para o autor, o gênero é constituído por diferentes fases que levam o produtor de texto, através de escolhas dos recursos semióticos, a alcançar o seu objetivo geral, isto é, comunicar.

Desse modo, a abordagem da Semiótica Social em relação ao gênero segue a perspectiva da função do texto nos seus múltiplos contextos e procura prestar atenção naquilo que as pessoas fazem com os textos. Assim, para essa perspectiva as diferentes estruturas - início, meio e fim - são importantes na construção do ato comunicativo.

Swales (1993, p.61), por exemplo, refere-se à narrativa como um pré-gênero segundo o qual uma narração, seja ela falada ou escrita, vai sempre operar através de um quadro da sucessão temporal, onde pelo menos alguns dos eventos serão reações de eventos anteriores. Na narrativa, segundo ele, os discursos tendem a ser fortemente orientados para os agentes dos eventos que estão sendo descritos, mais do que para os próprios eventos.

Labov citado por Van Leeuwen (2005, p.125-126) apresenta as diferentes fases da narrativa como gênero: A primeira delas seria o resumo, que inicia a história e contém um sumário ou indicação do tópico para atrair a atenção do leitor; a segunda seria a orientação que introduz o cenário – quem está envolvido, quando, onde – e o acontecimento que faz o avanço da história; a terceira é a complicação que se refere ao acontecimento que constitui o âmago da história; a quarta diz respeito à avaliação e pode ocorrer em vários momentos na história quando o produtor de texto responde a questão “por que razão devemos achar isto interessante?”; a quinta fase é a resolução que fornece o acontecimento final da história; e a sexta, que não ocorre sempre, é o *coda* que move o tempo da história para o tempo do contar, fornecendo a sua relevância aos leitores.

No jornalismo e no material analisado as fases da narrativa formatadas por Labov são todas elas identificáveis. O resumo é composto pelo conjunto de expressões concatenadas no título da reportagem “Cadernos de luta do MST”; na linha de apoio “Cadernos apreendidos pela Brigada Militar em São Gabriel mostram rotina dos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) e como agem os militantes em confrontos”; e no lide “Ao alvorecer do último dia 08, cerca de 800 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) acampados na fazenda São Paulo 2, em São Gabriel, foram surpreendidos pela chegada de igual número de PMs”. Aqui também o *coda* se faz presente, pois o narrador já move o tempo da história para o tempo do contar.

A orientação, segunda fase da narrativa, também é detectada e pode ser ilustrada pelo seguinte fragmento: “Munidos de ordem judicial, os policiais militares realizaram busca de objetos que poderiam ter sido levados pelos Sem-terra durante a invasão promovida dias antes numa fazenda próxima, a Estância do Céu, pertencente a Alfredo Southall e cobiçada pelo MST desde 2003”. A complicação da narrativa também fica claramente marcada no trecho que diz “Durante a vistoria foram apreendidos facões, foices, facas – definidos pelo MST como objetos de trabalho – e escudos improvisados. O que mais chamou a atenção dos policiais (acabaram sendo entregues ao Ministério Público de São Gabriel para investigação), no entanto, foram quatro cadernos. Preenchidos a caneta, eles se dividem entre diários e atas que relatam o cotidiano dos acampados. São um misto de orientação dos líderes aos militantes e resumo das discussões internas”.

O trecho a seguir, por sua vez, dá conta da quarta fase narrativa, a avaliação. “A leitura dos cadernos, aos quais Zero Hora teve acesso, mostra que o MST utiliza termos militares para gerenciar os acampamentos, como Brigada de Organicidade e Pelotão de Apoio. No 1º Pelotão do Grupo Gestor, por exemplo, quatro pessoas centralizam a distribuição igualitária de víveres. Os métodos

militares estabelecem a organização de rondas de vigilância, distribuídas em turnos, como num quartel”.

Na quinta e última fase aparece a resolução e/ou a proposta de resolução para a narração. “Foram encaminhados também à Polícia Civil e aos promotores públicos cadernos que dão noções de como os acampados podem resistir à desocupação das terras (incluindo menção a bombas e orientações sobre o que falar em momentos delicados) e de como podem driblar a fiscalização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) quando se candidatam a ganhar terra”.

Os aportes até aqui apresentados, embora iniciais, visam contribuir para o desenvolvimento de uma “literacia multimodal” com especial ênfase à leitura do “sistema semiótico” visual, explorando o conceito de gênero vinculado aos estudos de jornalismo. Podemos dizer, por fim, que para a análise da reportagem especial publicada pelo jornal Zero Hora no dia 18/05/2008 recorreremos ao trabalho com um texto estático, e utilizamos imagens também estáticas. Procuramos percorrer os “frames” que compõem as partes fundamentais das narrativas de forma a identificar a evolução cronológica dos principais acontecimentos nelas ocorridos.

Nesses termos, conforme metafunção textual na Semiótica Social, a linguagem é utilizada para relatar aquilo que é dito ou escrito e o que envolve a linguagem (verbal/ visual) na organização do próprio texto. A composição daí derivada passa a ser a forma através da qual os elementos ideacionais (representações) e os interativos (interpessoais) estão organizados para se relacionar uns com os outros, bem como a forma como estes são integrados, o que é, por si só, produtor de significados.

Considerações finais

Parece-nos claro que os aportes aqui movimentados, tanto da Semiótica Social quanto dos Estudos de Jornalismo, contribuem para o entendimento de que a forma como apreendemos o mundo está subordinada a categorizações. Nesses termos, as linguagens, sejam elas verbais e/ou visuais, nada mais são do que modos de percebermos e expressarmos essa realidade. No entanto, para buscarmos na multimodalidade dos textos tais expressões da realidade, como vimos, precisamos garimpar as marcas convergentes emprestadas pelos diferentes “sistemas semióticos” constituintes do processo comunicativo.

Os resultados da rápida análise que apresentamos indicam, nesse sentido, que a realidade tende a ser expressa de forma idêntica no que se refere à localização das entidades no espaço, nos diferentes modos semióticos movimentados na ânsia do dizer. Nos textos da reportagem especial publicada pelo

jornal Zero Hora a linguagem escrita e a imagem parecem articular-se de forma correspondente.

Neles as estruturas genéricas identificadas são constituídas por atores, lugares, ações e tempo. Elementos que foram veiculados através de imagens e textos mostrando quem fez o quê a quem. A narrativa, nesse sentido, por contemplar as estruturas que recorrem a dois sistemas de linguagem – o verbal e o visual – dá conta de uma interpretação mais integral dos significados relacionados à questão agrária no Rio Grande do Sul, porém não esgota a sua significação.

Para além do modo, o meio como o texto é organizado também implica uma variação, pois, a narrativa verbal/ escrita e/ou oral implica escolhas que vão determinar a variabilidade da temática em relação ao pré-gênero. Retomando a ideia de que o gênero é considerado uma atividade, orientada para um objetivo, com um propósito comunicativo, fica claro então que sempre cabe ao produtor do texto selecionar o sistema ou sistemas semióticos que melhor se adaptem ao seu propósito comunicativo.

Isso acontece também, como procuramos demonstrar, não só em produtos ficcionais, mas diária e sistematicamente nos produtos do jornalismo tradicional impresso. No tratamento de pautas polêmicas e conflituosas, como a questão agrária e o MST, tais evidências são ainda mais irrefutáveis, já que, como atestamos, os diferentes sistemas semióticos escolhidos para dar conta dos fatos apresentam tanto potencialidades quanto limitações, as quais poderão ser exploradas de diferentes formas para a composição final do texto.

Dessa forma, fica claro que avaliar, a partir dos pressupostos da Semiótica Social, os produtos do jornalismo ainda é um desafio. Mas, indubitavelmente, tal empreendimento pode emprestar maior riqueza às análises linguísticas acerca dos Estudos Jornalísticos, favorecendo a compreensão definitiva do texto de jornal também como multimodal – um texto composto por diferentes sistemas semióticos que, em interação e/ou correlação, produz uma significação integral na efetivação do processo comunicativo.

Referências Bibliográficas

FAUSTO NETO, A. Participação comunitária no Brasil: equívocos e desvios comunicacionais. In. MELO, J. M. de (Org.). **Comunicação na América Latina**. Campinas: Papius, 1989.

FELIPPI, A. C. T. **Jornalismo e identidade cultural - construção da identidade gaúcha em zero hora**. Tese: PUCRS, 2006.

GOHN, M. da G. **Teorias dos Movimentos Sociais** – paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997a.

GOHN, M. da G. **Os Sem Terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

GOHN, M. da G. **Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALLIDAY, M. A. K. **Introduction to Functional Grammar**. London: Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. **Construing Experience Through Meaning: a language-based approach to cognition**. London: Continuum, 2006.

HASAN, R. Literacy, everyday talk and society. In.: HASAN, R.; WILLIAMS, G. (Eds). **Literacy in Society**. London: Longman, 1996, p.377-424.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading Images: the grammar of visual design**. London: Routledge, 1996.

_____. **Multimodal Discourse: the modes and media of contemporary communication**. London: Arnold, 2001.

KRESS, G. **Literacy in the New Media Age**. London: Routledge, 2003.

LUKE, C. Cyber-schooling and technological change: multiliteracies for new times. In.: COPE, B.; KALANTZIS, (Eds.), 2000, p.69-91.

MARTIN, J. R. Analysing genre: functional parameters. In: CHRISTIE, F.; MARTIN, J. R. (Orgs.). **Genre and institutions**. London; New York: Continuum, 1997. p. 3-39.

MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

RIBEIRO, E. A RBS busca hegemonia nacional na mídia. **Comunique-se**, 6 out. 2002. Jornalistas & Jornalistas. Disponível em: <<http://www.comunique-se.com.br>>. Acesso em: 7 out. 2004.

STÉDILE, J. P; GÖRGEN, F. S. **A Luta pela Terra no Brasil**. São Paulo: Scritta: 1993.

SWALES, J. M. **Genre Analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge Universit Press, 1993.

VAN LEEUWEN, T. **Introducing Social Semiotics**. London: Routledge, 2005.

VAN LEEUWEN, T.; JEWITT, C. **Handbook of Visual Analysis**. London: Sage Publications, 2001.